

Formação e mercado para o intérprete de conferências

Conference Interpreting: Training
and Professional Practice

Raffaella de Filippis Quental¹

DOI 10.52050/9786586030600.c10

Podemos afirmar que a figura do intérprete está presente na história da civilização humana desde sempre, a partir da necessidade de comunicação entre povos que falam línguas diferentes. Alguns dos registros históricos mais marcantes incluem uma imagem em baixo-relevo encontrada na tumba do faraó Horemheb, que reinou em Mênfis como sucessor de Tutancâmon no antigo Egito (século XIV a.C.), em que o intérprete aparece como uma figura dupla, virada para os dois lados, entre o faraó e emissários sírios e líbios (DELISLE e WOODSWORTH, 1995).

Outra figura representativa do papel dos intérpretes na história é Doña Marina (1501-1550), mais conhecida como “la Malinche”, intérprete do conquistador espanhol Hernán Cortés no atual México. Contam Delisle e Woodsworth (1995, p. 298):

1 Coordenadora do Curso de Especialização Formação de Intérpretes de Conferência da PUC-Rio. E-mail: rdfquental@gmail.com

Fluente na língua dos astecas, o náhuatl, e no idioma falado na costa maia, diz-se ter ela aprendido rapidamente o castelhano. Atuava como intérprete de Cortés, era sua amante e deu-lhe um filho. Mostrou-se uma ajuda indispensável, frustrando emboscadas, captando as verdadeiras intenções do povo nativo, informando Cortés de rivalidades entre tribos, sugerindo caminhos de como estabelecer uma cooperação com eles etc. Atuava como uma "tenente" e conselheira do conquistador espanhol, embora não exista nenhum monumento para celebrar os seus singulares feitos. Apenas existe um vulcão extinto que leva o seu nome.

Histórias como essas apontam para intérpretes que desempenhavam um papel muitas vezes subserviente, sem qualquer preparação e, é fácil imaginar, não raro sujeitos a conflito de interesses. Foi somente no século XX, com o aumento dos contatos entre as nações e a afirmação das línguas nacionais, que surgiu a interpretação de conferências propriamente dita, no âmbito das organizações internacionais (SELESKOVITCH, 1999). Um marco importante, nesse percurso, foi a Conferência da Paz de Paris de 1919, em que os intérpretes tiveram um papel crucial na comunicação entre os falantes de inglês e de francês, as duas línguas oficiais do evento. A única forma de interpretação possível então ainda era a modalidade consecutiva, mas já na Liga das Nações, no período entreguerras, começaram as primeiras experiências com uma nova modalidade, mais ágil e mais eficiente: a simultânea. Os julgamentos de Nuremberg, depois da Segunda Guerra Mundial, foram a prova de fogo da nova modalidade, apresentada como a única solução viável para dar conta das quatro línguas do evento (inglês, francês, alemão e russo) e possibilitada por uma tecnologia que já estava se consolidando (BAIGORRI-JALÓN, 2014). As fotos da época mostram as equipes de intérpretes atuando atrás de biombo de vidro, que podemos considerar como os primórdios da cabine de interpretação simultânea, munidos de pesados fones de ouvido e microfones. Apesar do equipamento ainda rudimentar, o fato é que o

sistema funcionou a contento, e a nova modalidade de interpretação ganha impulso, sendo adotada na ONU em 1947.

Paralelamente, surgem as primeiras escolas de formação de intérpretes, ainda nos anos de 1940, primeiro na Europa (Universidade de Genebra) e depois nos Estados Unidos (Universidade de Georgetown). Também merecem destaque, entre as escolas pioneiras e hoje amplamente reconhecidas, a ESIT (Escola Superior de Intérpretes e Tradutores), fundada em 1957 e hoje ligada à Sorbonne Nouvelle, em Paris; o curso da Escola Politécnica de Londres, de 1963, e o do Monterey Institute of Foreign Studies, fundado em 1969 na Califórnia e hoje conhecido como Middlebury Institute of International Studies (MACKINTOSH, 1999).

No Brasil, o primeiro curso universitário de formação de tradutores e intérpretes foi oferecido em 1969 na PUC-Rio, como uma das habilitações do bacharelado em Letras (QUENTAL, 2018). Assim como o curso da Alumni, criado em São Paulo dois anos depois, contribuiu de maneira significativa para a formação de várias gerações de intérpretes que ajudaram a moldar o mercado da interpretação de conferências no Brasil (PAGURA, 2010; ARAUJO, 2018).

Digna de nota é a evolução do paradigma de formação de intérpretes. As primeiras gerações de intérpretes acreditavam que “*interpreters are born, not made*” (numa tradução livre, “intérprete já nasce intérprete”), uma premissa que propiciava uma abordagem que veio a ser chamada de *sink or swim* (“ou afunda ou nada”): se o candidato a intérprete possuía a aptidão, bastava apenas dar um polimento, e ele já estaria pronto; se ele não tinha essa habilidade inata, não havia nada a se fazer. A experiência e as pesquisas permitiram mudar radicalmente essa premissa e afirmar o contrário, ou seja, que “*interpreters are made, not born*”, sendo possível e desejável, através de metodologias fundamentadas em teorias específicas, seguir um percurso de estudos que leve à formação de intérpretes com todos os requisitos esperados de um profissional (MACKINTOSH, 1999).

Entre as teorias mais adotadas nos cursos de formação, destacam-se a Teoria Interpretativa da Tradução, também chamada de teoria da Escola de Paris, e o Modelo dos Esforços, de Daniel Gile. A primeira, desenvolvida pela intérprete e professora da ESIT Danica Seleskovitch a partir dos anos de 1960, baseava-se no princípio de que o intérprete não traduz as palavras, mas o sentido (daí o nome da teoria em francês, *Théorie du Sens*), através de um processo de desverbalização da mensagem original e reverbalização na língua de chegada. Já o Modelo dos Esforços foi elaborado nos anos 1990 pelo intérprete e pesquisador Daniel Gile, que parte da observação de que o intérprete tem uma capacidade de processamento da mensagem limitada, e que essa capacidade precisa dar conta de vários esforços simultaneamente: o esforço de ouvir e analisar a mensagem, o esforço de memória, o esforço de produção e o esforço de coordenação dos demais esforços.

Em 1953, foi fundada, em Genebra, a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (na sigla em francês, AIIC), com o intuito de “promover os mais altos padrões éticos e de qualidade na interpretação a nível global”, como anunciado em seu site. Nesse sentido, preocupou-se desde o início com a formação de novos profissionais, promovendo debates e publicando uma série de informações que visam a orientar quem deseja se tornar intérprete. É o caso do documento “Advice to students wishing to become conference interpreters” (“Conselhos para estudantes que desejam se tornar intérpretes de conferência”), que direciona os interessados a uma lista de escolas e programas que atendem às melhores práticas em formação de intérpretes. Para ser incluído nessa lista, chamada de “AIIC Interpreting Schools and Programmes Directory” (“Catálogo de Escolas e Programas de Interpretação”) e elaborada pelo comitê de formação e desenvolvimento profissional (AIIC Training and Professional Development, ATPD), o curso precisa preencher uma série de critérios, como, por exemplo: ser oferecido em nível de

pós-graduação; ter a duração de pelo menos dois semestres letivos; incluir um teste de aptidão no processo de admissão; ensinar tanto as técnicas da interpretação simultânea quanto da interpretação consecutiva; contratar professores que também atuam como intérpretes profissionais; informar os alunos sobre as condições e características do mercado; incluir um componente de teoria e de ética profissional.

Além disso, a AIIC também ajuda a capacitar os intérpretes que trabalham como formadores de intérpretes através de iniciativas do tipo *Training of Trainers*, que são cursos intensivos, treinamentos e oficinas práticas sobre os diversos aspectos e desafios específicos enfrentados na sala de aula. Graças à atuação do ATPD, a AIIC também promove a educação continuada e o desenvolvimento profissional de seus membros, construindo uma ponte direta entre formação e mercado (VIANNA, 2017).

Hoje o mercado de interpretação de conferências está mais do que consolidado e se divide basicamente em duas frentes, que diferem sobretudo, mas não somente, na forma de contratação: o mercado privado, onde atuam os intérpretes *freelance*, e o institucional, onde atuam os chamados *staff interpreters*, que são os intérpretes contratados pelos organismos internacionais, de acordo com as línguas oficiais de cada um, como a ONU (inglês, francês, espanhol, russo, árabe, chinês), o FMI (inglês, francês, espanhol, japonês, árabe, chinês), a OEA (inglês, francês, espanhol, português) e o Parlamento Europeu, com suas 24 línguas oficiais, para citar apenas alguns exemplos.

O Brasil, onde prevalece o mercado privado, também já foi sede de grandes eventos ligados a organismos da ONU e outras organizações internacionais que envolveram a contratação de dezenas de intérpretes *freelance* a nível local. Para dar alguns exemplos de grandes eventos que ocorreram no Brasil nos últimos 30 anos, podemos citar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o

Desenvolvimento de 1992, também conhecida como Cúpula da Terra ou Eco-92; a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada 20 anos depois e por isso apelidada de Rio+20; os Jogos Panamericanos de 2007, realizados no Rio de Janeiro; as várias edições do Fórum Social Mundial, realizadas em Porto Alegre e em Belém; a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Contudo, o mercado privado é constituído principalmente por congressos e conferências promovidos por associações das mais variadas categorias profissionais, além de cursos, seminários, workshops, reuniões corporativas e visitas oficiais de autoridades governamentais e empresariais. Em outras palavras, existe uma miríade de eventos de maior ou menor porte ocorrendo todos os dias nas principais cidades do país que requerem os serviços de intérpretes profissionais, sendo o inglês, o espanhol e o francês as línguas estrangeiras mais usadas, seguidas pelo alemão e o italiano e, em menor proporção, o japonês, o mandarim, o coreano, o russo e outras -- sem falar da Libras, língua brasileira de sinais, cada vez mais usada também em contexto de conferências.

Para definir suas línguas de trabalho, os intérpretes costumam utilizar um sistema proposto pelas associações profissionais e conhecido como Classificação Linguística, que permite diferenciar claramente os idiomas ativos e os passivos. O site da APIC, a Associação Profissional de Intérpretes de Conferência, associação congênere à AIIC fundada em São Paulo em 1971, explica assim esse sistema:

Os intérpretes possuem idiomas de trabalho com diferentes níveis de proficiência. A classificação linguística A indica o idioma considerado a língua materna do intérprete. O idioma B é aquele sobre o qual o intérprete tem comando pleno e fluente, sem que seja sua língua materna.

De modo geral, é preferível que o intérprete trabalhe de seu idioma B para o idioma A.

Há ainda a classificação de idioma C, em que a compreensão do idioma é suficientemente boa para garantir a interpretação para os idiomas B ou A, não estando o intérprete, contudo, habilitado a traduzir para esta língua C, também chamada de idioma passivo.

Enquanto no mercado institucional prevalece o uso da interpretação simultânea em cabine com isolamento acústico, geralmente embutida nos auditórios das organizações internacionais, no mercado privado há espaço para algumas variações das duas modalidades clássicas, a simultânea e a consecutiva. No caso desta última, dependendo do tipo de evento, é possível fazer a interpretação consecutiva intermitente -- em que o orador fala trechos curtos do discurso, propiciando uma alternância rápida com a fala do intérprete -- ou a consecutiva “clássica”, com tomada de notas, em que o orador fala alguns minutos entre uma pausa e outra e o intérprete precisa anotar as ideias principais para dar conta da mensagem de maneira precisa e completa. A tomada de notas, ou anotação, representa um desafio à parte e envolve uma técnica particular, que inclui o uso de símbolos, abreviações e grafismos, e que é objeto de treinamentos específicos visando a adquirir e aprimorar o domínio dessa habilidade.

A interpretação simultânea também está sujeita a algumas variações. Na ausência de espaço ou possibilidade de usar a cabine montada especificamente para este fim (com fones e microfone acoplados a uma central de intérprete, para recepção e transmissão do áudio), é possível usar o equipamento portátil, que inclui apenas um transmissor com microfone, além dos habituais receptores com fones de ouvido para o público. Esse tipo de equipamento é especialmente apropriado para situações em que o grupo precisa se movimentar, por exemplo, em visitas a fábricas, feiras comerciais e qualquer outro lugar ou situação que não comporte a montagem de uma cabine. Contudo, é preciso lembrar que, devido à falta de isolamento acústico, a fala do intérprete pode se sobrepor à do palestrante e incomodar

o andamento da reunião, motivo pelo qual o intérprete precisa ter especial cuidado para controlar o volume de sua voz e se posicionar no ambiente de forma a não perturbar a dinâmica do evento. Essa forma de simultânea “sussurrada”, por sinal, também pode ser realizada sem qualquer equipamento, desde que o intérprete possa se posicionar ao lado dos ouvintes, que não poderão ser mais do que dois ou três, no máximo, devido à dificuldade que um grupo maior teria de ouvir o intérprete falando em voz baixa para não atrapalhar o palestrante e o resto do grupo. É importante lembrar que esse formato pode ser extremamente desconfortável e estressante para o intérprete, pela eventual dificuldade de ouvir o orador, dependendo do ambiente, e pelo constante cuidado que ele precisa ter para se posicionar sempre de forma a ser ouvido com clareza, por sua vez.

Costuma-se chamar de interpretação de acompanhamento a situação em que o intérprete precisa se deslocar junto com um grupo, que pode incluir desde situações mais tensas e formais, em visitas de autoridades, por exemplo, até situações mais informais e relaxadas. No acompanhamento, a modalidade pode variar de acordo com a demanda e o número de ouvintes. No caso de uma visita oficial, por exemplo, pode oscilar entre consecutiva, quando a autoridade se dirige ao grupo como um todo, e sussurrada, quando uma pessoa do grupo faz alguma pergunta ou comentário, que o intérprete poderá traduzir ao pé do ouvido do visitante estrangeiro.

Em todas essas situações, independente da modalidade, das línguas e do lugar, a atuação do intérprete será pautada sempre pela ética, o profissionalismo e o sigilo demandado pela ocasião e claramente explicitado nos códigos de ética e de conduta das associações profissionais.

Impossível falar de mercado hoje sem se deter no único formato de evento que foi adotado durante a pandemia de COVID-19: os eventos remotos online. Contudo, vale lembrar que a interpretação à distância não era novidade quando eclodiu a pandemia, pois já havia

várias pesquisas e reflexões publicadas a respeito, a partir de algumas experiências antes mesmo do confinamento imposto pela crise sanitária de 2020. A título de exemplo, a partir de uma experiência pessoal da autora, durante a Copa do Mundo FIFA de 2014, realizada no Brasil, foi montado no Rio de Janeiro o IBC (International Broadcast Center), uma grande central de imprensa que incluiu, como já havia acontecido em edições anteriores, uma sala equipada com várias cabines de tradução simultânea, onde era realizada e transmitida a interpretação das coletivas de imprensa organizadas antes e depois de cada jogo, bem como mesas de debates de temas relacionados ao evento, que eram realizadas em outras sedes. Todos os intérpretes contratados pela FIFA trabalhavam nesse mesmo local, onde recebiam a imagem e o áudio dos oradores através de monitores instalados dentro das cabines, ou seja, os intérpretes não estavam no mesmo local que os oradores e o público, o que configura a característica básica da interpretação remota.

As primeiras referências à modalidade de interpretação à distância no âmbito da AIIC remontam aos anos de 1970, mas as principais pesquisas se desenvolveram na última década, e os debates se intensificaram ao longo do ano de 2020, pelas razões que conhecemos. Em um artigo publicado três anos antes da pandemia (e onde faz referência o outro artigo ainda, publicado dois anos antes), Barry Olsen, professor do Middlebury Institute of International Studies, explicava que as novas tecnologias de comunicação possibilitam expandir o acesso aos serviços de interpretação e criam novas oportunidades para os intérpretes em novas formas de comunicação, como videoconferências, webinários e *calls* para divulgação de resultados corporativos (OLSEN, 2017). O autor, um intérprete veterano que também tem vasta experiência na área de formação de intérpretes, chama atenção para os desafios da interpretação remota relacionados às condições de trabalho, como fadiga, isolamento,

estresse, remuneração adequada e qualidade do sinal de vídeo e áudio.

Em 2020, com o abrupto cancelamento dos eventos presenciais e a gradual retomada dos eventos no formato remoto, foram exatamente esses os desafios com os quais os intérpretes se confrontaram, ao se ver diante da necessidade de se adaptar e incorporar as novas tecnologias para fazer frente à nova realidade do mercado. Nesse esforço, teve papel fundamental o apoio das associações profissionais, que em pouco tempo organizaram webinários e treinamentos, não só para seus membros mas para a comunidade em geral. A APIC, por exemplo, ofereceu demonstrações das várias plataformas de RSI (*Remote Simultaneous Interpreting*), de forma a respaldar os profissionais que ainda não haviam adotado essa nova modalidade e, ao mesmo tempo, promover um necessário debate sobre a melhor forma de enfrentar aqueles desafios, agora presentes no único mercado possível enquanto durar a pandemia. A AIIC, por sua vez, intensificou os trabalhos de sua força-tarefa sobre interpretação à distância (*Task Force on Distance Interpreting*, ou TFDI). Graças ao respaldo das associações, os intérpretes puderam se informar sobre os requisitos técnicos e os equipamentos necessários para continuar oferecendo seus serviços com a segurança e o profissionalismo de sempre, seja em sua própria casa, seja em estúdios (*hubs*) montados especificamente com essa finalidade.

Ao mesmo tempo, os cursos de formação de intérpretes também se adaptaram ao mundo virtual, como foi o caso do curso da PUC-Rio, que, após 50 anos de aulas presenciais, transferiu todas as aulas e conferências simuladas para a plataforma Zoom já em março de 2020, quando a universidade interrompeu todas as suas atividades presenciais diante da emergência sanitária. Hoje, um ano depois, constatamos que a plataforma de videoconferência Zoom acabou se tornando a mais usada, não só em cursos mas nos próprios eventos, graças à funcionalidade de interpretação simultânea disponível na

plataforma, para a qual os alunos também são treinados durante as aulas.

Com esse panorama geral, espero ter demonstrado não só a evolução e a situação atual da formação e do mercado para intérpretes de conferência, mas também o papel crucial das associações profissionais na manutenção dos mais altos padrões de qualidade, tanto na formação quanto na prática profissional, e na defesa das melhores condições de trabalho, para benefício dos próprios profissionais e dos usuários do serviço.

Referências

AIIC Training and Professional Development. “Advice to students wishing to become conference interpreters”. aiic.net September 20, 2001. Disponível em <https://aiic.org/document/633/>. Acesso em: 12 março 2021.

AIIC Interpreting Schools and Programmes Directory. Disponível em <https://aiic.org/site/dir/schools>. Acesso em: 12 março 2021.

APIC. O que é classificação linguística. Disponível em <https://apic.org.br/faq/>. Acesso em: 12 março 2021.

ARAUJO, Denise de Vasconcelos. (2018). Breve panorama histórico da formação de intérpretes no mundo e no Brasil e a influência da AIIC. *Tradução em Revista* 24. Depto. de Letras, PUC-Rio. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34525/34525.PDF>. Acesso em: 12 março 2021.

BAIGORRI-JALÓN, Jesus. (2014). *From Paris to Nuermberg – The Birth of Conference Interpreting*. John Benjamins Publishing Company.

DELISLE, Jean & Woodsworth, Judith. (1995). *Os tradutores na história*. Tradução de Sergio Bath. São Paulo: Editora Ática, 1998.

MACKINTOSH, Jennifer. (1999). Interpreters are made not born. *Interpreting*, Amsterdam/Philadelphia, Vol. 4, Issue 1, p.67-80.

OLSEN, Barry Slaughter. (2017). Remote Interpreting: Feeling Our Way into the Future. *The ATA Chronicle*. Disponível em <https://www.ata-chronicle.online/featured/remote-interpreting%E2%80%A8-feeling-our-way-into-the-future/>. Acesso em: 12 março 2021.

PAGURA, Reynaldo José. (2010). *A Interpretação de Conferências no Brasil: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros*. Tese de Doutorado em Letras. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

QUENTAL, Raffaella de Filippis. (2018). Formação de intérpretes na PUC-Rio: meio século de história. *Tradução em Revista* 24. Depto. de Letras, PUC-Rio. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34532/34532.PDF>. Acesso em: 12 março 2021.

SELESKOVITCH, Danica. (1999). The Teaching of Conference Interpretation in the Course of the Last 50 Years. *Interpreting*, Amsterdam/Philadelphia, Vol. 4, Issue 1, p.55-66.

VIANNA, Branca. (2017). A atuação do Comitê de Formação e Atualização Profissional da AIIC no novo panorama de ensino e pesquisa no Brasil. *Publicações i2B*. Tópicos e contextos em Interpretação, vol. 2. Disponível em <http://www.interpret2b.com/publicacoes>. Acesso em: 12 março 2021.